

Via Certa
Financiadora S.A. - Crédito,
Financiamento e
Investimentos

Demonstrações financeiras

em 30 de junho de 2026

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de Reais)

Senhores acionistas

A Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), atendendo às disposições sociais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Em 30 de junho de 2026, a carteira de operações de crédito totalizou R\$ 502.516, com perdas esperadas associadas ao risco de crédito registradas no montante de R\$ 133.964. Dessa forma, a carteira líquida encerrou o período em R\$ 368.552, evidenciando incremento de R\$ 3.597 no saldo líquido no semestre.

Durante o 1º semestre de 2026, a Financeira apurou receitas da intermediação financeira de R\$ 134.365 e despesas da intermediação financeira de R\$ 88.412, resultando em resultado bruto da intermediação financeira de R\$ 45.953.

As receitas de prestação de serviços apresentaram aumento significativo em comparação com o mesmo semestre do ano anterior, passando de R\$ 11.550 em 2025 para R\$ 17.567 em 2026, o que corresponde a um crescimento de 52%. Essa variação decorreu, principalmente, da mudança de critério contábil, pela qual as receitas de originação passaram a ser apropriadas no resultado de forma diferida ao longo do prazo do contrato, na mesma proporção da receita financeira. As despesas operacionais totalizaram R\$ 53.939, apresentando redução de 18,17% em comparação com o mesmo período do exercício anterior.

A Financeira apurou lucro líquido de R\$ 6.784, representando redução de 56% em comparação com o mesmo período do exercício anterior.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

É assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 152 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral delibera sobre as destinações, respeitadas as disposições referentes a constituição de Reserva Legal e de distribuição mínima de dividendos.

GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

A Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento integrada de riscos e de capital, de acordo com as exigências da resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN), permitindo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos que a instituição está exposta, conforme descrito na nota explicativa 24 e 25.

DIVERSIDADE E EQUIDADE DE GÊNERO

Em atendimento às disposições introduzidas pela Lei nº 15.177/2025, que alterou o art. 133 da Lei nº 6.404/1976, a Financeira divulga informações relacionadas à composição de seu quadro

de colaboradores e às práticas adotadas para promoção da equidade de gênero no ambiente de trabalho.

A Financeira reconhece que a diversidade e a equidade são elementos relevantes para o fortalecimento da cultura organizacional em relação a diversidade e inclusão. Nesse contexto, mantém práticas voltadas à promoção de igualdade de oportunidades em processos de recrutamento, desenvolvimento profissional, avaliação de desempenho e ocupação de posições de liderança.

Em 30 de junho de 2026, o quadro funcional da Financeira está composto por 129 colaboradores, distribuídos por sexo e nível hierárquico conforme apresentado a seguir:

	Masculino	Feminino	Total
Categoria			
Diretoria	4	-	4
Gerência	9	14	23
Demais colaboradores	47	55	102
Total	60	69	129

No que se refere à estrutura remuneratória, a Financeira adota política baseada em critérios objetivos relacionados às responsabilidades inerentes a cada função, nível de qualificação profissional, experiência, desempenho individual e resultados organizacionais, não sendo admitidas distinções remuneratórias motivadas por gênero.

A administração acompanha periodicamente indicadores relacionados à composição do quadro de pessoal e à distribuição de cargos de liderança, com o objetivo de identificar oportunidades de aprimoramento e fortalecer práticas que promovam um ambiente organizacional inclusivo e equitativo.

A Financeira permanece comprometida com a evolução contínua de suas práticas de governança, transparência e responsabilidade corporativa, buscando alinhar suas políticas internas às melhores práticas de mercado relacionadas à diversidade, equidade e inclusão.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A Financeira possui processo adequado para a contratação de Auditoria Independente, considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Respeitando o disposto, a Financeira contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para execução dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, sendo que os honorários relativos à auditoria independente do exercício de 2026 totalizam R\$ 273.

OUVIDORIA

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.859/20 do Bacen de 23/10/2020, desde 30 de setembro de 2007 é disponibilizado aos colaboradores, clientes, parceiros, terceiros e fornecedores o

Canal de Denúncias para comunicação de indícios de ilicitudes de qualquer natureza, relacionados às atividades da Instituição, tais como fraude, corrupção e/ou práticas suspeitas que possam comprometer a ética e integridade de seus negócios bem como qualquer informação que possa afetar a reputação dos controladores e membros de órgãos estatutários, incluído diretores eleitos e/ou contratados.

Mantemos registradas todas as solicitações efetuadas ao canal de comunicação da Ouvidoria. Deixamos o cliente sempre informado sobre a existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre as estruturas da Ouvidoria e as atribuições do Diretor de Ouvidoria.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista

90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil

Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000

Telefone +55 (51) 3327-0200

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Via Certa Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos

Santo Cristo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2026, foram elaboradas em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

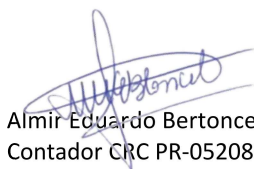
auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Almir Eduardo Bertencelo
Contador CRC PR-052082/O

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	06/2026	12/2025
Disponibilidades	4	10.083	3.791
Ativos Financeiros		470.028	458.075
Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	5	101.476	93.120
Títulos e Valores Mobiliários		101.476	93.120
Mensurados ao Custo Amortizado	6	502.516	482.777
Operações de Crédito		454.109	441.805
Outros Créditos com Característica de Crédito		48.407	40.972
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(133.964)	(117.822)
Provisão sobre Operações de Crédito		(108.109)	(94.840)
Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito		(25.855)	(22.982)
Ativos Fiscais		26.938	26.519
Diferidos	7	22.763	22.974
Correntes	8	4.175	3.545
Outros Créditos	9	8.902	4.320
Ativo Não Financeiro Mantido para Venda	10	973	1.310
Ativo Permanente	11	8.351	8.857
Imobilizado		3.843	3.502
Intangível		12.719	12.719
Depreciações e Amortizações		(8.211)	(7.364)
TOTAL DO ATIVO		525.275	502.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	06/2026	12/2025
Passivos Financeiros			
Mensurados ao custo amortizado		437.777	423.514
Depósitos a Prazo	12	197.877	193.579
Recursos de Aceites Cambiais	13	223.633	213.573
Recursos de Letras Financeiras subordinadas	13	16.256	16.351
Outros Depósitos		11	11
Provisões	14	4.599	4.276
Passivos Contingentes		4.599	4.276
Outros Passivos		33.965	32.932
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.000	1.146
Fiscais e Previdenciárias		1.637	2.791
Outras Obrigações	15	31.328	28.995
Patrimônio Líquido	16	48.934	42.150
Capital Social		38.288	38.288
Reserva de Lucros		10.646	3.862
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		525.275	502.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	1º Sem. 2026	1º Sem. 2025
Receitas da Intermediação Financeira		134.365	137.460
Rendas de operações de crédito	18	128.393	132.786
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	18	5.972	4.674
Despesas da Intermediação Financeira		(88.412)	(58.359)
Operações de captação no mercado		(32.952)	(27.635)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6	(55.460)	(30.724)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		45.953	79.101
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(34.649)	(53.192)
Receitas de prestação de serviços	19	17.567	11.550
Despesas de pessoal		(10.696)	(8.889)
Outras despesas administrativas	20	(33.483)	(47.112)
Despesas tributárias	21	(6.181)	(6.193)
Outras receitas operacionais		1.723	1.174
Outras despesas operacionais		(3.579)	(3.722)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		11.304	25.909
Imposto de Renda e Contribuição Social		(4.520)	(10.450)
Provisão para imposto de renda	17	(2.647)	(6.145)
Provisão para contribuição social	17	(1.663)	(3.694)
Ativo fiscal diferido	7	(210)	(611)
Resultado do Período		6.784	15.459
Quantidade de ações do capital social		100.000	100.000
Resultado em reais a cada mil ações		68	155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	1º Sem. 2026	1º Sem. 2025
Lucro / Prejuízo líquido do período	6.784	15.459
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do período	6.784	15.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	1º Sem. 2025				
	Capital social	Reserva de lucros		Lucros ou prejuízos acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro 2024	38.288	811	12.081	-	51.180
Ajuste implementação inicial Res. 4.966	-	-	-	(768)	(768)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	38.288	811	12.081	(768)	50.412
Lucro líquido do semestre	-	-	-	15.459	15.459
Destinação dos lucros:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	773	-	(773)	-
Reserva estatutária	-	-	13.918	(13.918)	-
Dividendos intercalares	-	-	(12.081)	-	(12.081)
Dividendos intermediários	-	-	(4.350)	-	(4.350)
Saldos em 30 de junho de 2025	38.288	1.584	9.568	-	49.440
Mutações do semestre	-	773	(2.513)	-	(1.740)

	1º Sem. 2026				
	Capital social	Reserva de lucros		Lucros ou prejuízos acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro 2025	38.288	1.820	2.042	-	42.150
Lucro líquido do semestre	-	-	-	6.784	6.784
Destinação dos lucros:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	339	-	(339)	-
Reserva estatutária	-	-	4.834	(4.834)	-
Dividendos mínimos obrigatórios a distribuir	-	-	1.611	(1.611)	-
Saldos em 30 de junho de 2026	38.288	2.159	8.487	-	48.934
Mutações do semestre	-	339	6.445	-	6.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	1º Sem. 2026	1º Sem. 2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	6.784	15.459
Ajustes ao resultado do período	61.362	44.554
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	55.460	30.724
Provisão passivos contingentes	323	1.427
Provisão sobre bens recebidos em dação pagamento	187	20
Depreciações e amortizações	872	867
Imposto de renda e contribuição social diferido	210	611
Imposto de renda e contribuição social corrente	4.310	9.838
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	-	1.067
Resultado do período ajustado	68.146	60.013
Variações nos ativos e passivos	(48.296)	38.455
(Aumento) em operações de crédito	(59.056)	(37.445)
(Aumento)/Redução em outros créditos	(4.431)	1.994
Aumento em depósitos a prazo e outros depósitos	4.298	39.221
Aumento em recursos de aceites cambiais	9.964	18.277
Aumento em outras obrigações	929	16.408
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.836)	(9.743)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	15.014	88.725
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(364)	(152)
Aquisição de intangível	(2)	(438)
Caixa líquido (utilizado nas) das atividades de investimento	(366)	590
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	-	(16.431)
Caixa líquido (utilizado nas) das atividades de financiamentos	-	(16.431)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	14.648	71.704
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	96.911	52.643
No fim do período	111.559	124.347
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	14.648	71.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(em milhares de Reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Via Certa Financiadora S. A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Via Certa” ou “Financeira”), instituição financeira privada, com sede no Brasil, na rua Tenente Jung, 366, Centro, Santo Cristo, Rio Grande do Sul, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e está autorizada, conforme o despacho de 05/07/2002, publicado no Diário Oficial de 10/07/2002, a operar com o financiamento de operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e de partes relacionadas.

A Financeira foi fundada a partir da decisão de incluir no antigo grupo Lojas Quero-Quero S. A., uma empresa que estivesse apta, junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores, a efetuar operações de crédito destinadas aos clientes do grupo.

Visando ampliar seu mercado de atuação, em janeiro de 2012, a empresa concluiu a substituição de todo o parque de tecnologia da informação e a criação de uma estrutura totalmente desvinculada ao Grupo Quero-Quero, para passar a operar no mercado de Crédito Pessoal (CP), Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e cartões Private Label, através de novas parcerias fora do Grupo.

A Financeira possui mais de 5 mil pontos de venda e atua, praticamente, em todos os Estados do Brasil, por meio de da contratação de Correspondentes Bancários. A Financeira possui contratos de parceria para financiamento dos usuários de cartões de crédito das Lojas Quero-Quero, Lojas Holz, Lojas Hoje e Cartões Sigacred. Além disso, determinadas operações de crédito originadas pela Companhia podem ser objeto de cessão para estrutura de securitização por meio do FIDC Verdecard (Lojas Quero-Quero/Verdecard), fundo de investimento em direitos creditórios constituído e administrado por terceiros. A Companhia não é cotista do referido fundo, atuando apenas como originadora e cedente de determinados direitos creditórios no curso normal de suas operações.

A Financeira opera, basicamente, com um ticket reduzido em operações pulverizadas, com foco no empréstimo pessoal e CDC. A Financeira não mantém, nem tem por estratégia manter, operações nos mercados de câmbio, commodities ou de capitais.

A acionista, Via Certa Participações e Investimento S. A., é sua controladora integral.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A Administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 27 de agosto de 2026, as demonstrações financeiras foram concluídas pela Administração e a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e sua divulgação a partir dessa data.

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações financeiras equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

a. Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Estimativa contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas por parte da Administração para mensuração e reconhecimento de determinados ativos, passivos, receitas e despesas. As principais áreas que demandam maior nível de julgamento incluem: provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões para contingências, provisões trabalhistas e fiscais, além da avaliação da recuperabilidade de créditos tributários diferidos. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, que são revisadas periodicamente e ajustadas quando necessário.

c. Apuração de resultados

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, são registradas quando incorridas, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. As receitas são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e possam ser mensurados com confiabilidade. As despesas são reconhecidas no mesmo período em que as receitas a elas relacionadas são incorridas ou, quando não diretamente relacionadas, no período em que são incorridas.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa compreendem disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, bem como aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até 90 dias e risco insignificante de mudança de valor. Esses valores são apresentados pelo custo, que se aproxima de seu valor justo.

e. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros correspondem a contratos que dão origem, simultaneamente, a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra. Ativos financeiros compreendem, entre outros, disponibilidades, aplicações financeiras, operações de crédito e direitos contratuais de receber caixa. Passivos financeiros representam obrigações contratuais de entregar caixa ou outro ativo financeiro a terceiros.

Na Financeira, os principais ativos financeiros consistem em operações de crédito de natureza pré-fixada e cotas de fundos de investimento. Já os passivos financeiros são representados, em sua maioria, por depósitos a prazo, letras financeiras e letras de câmbio.

I. Classificação dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (“CA”): o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”): o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; e
- Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”): o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o Ativo Financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria Ativos Financeiros mantidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de SPPJ.

A classificação na categoria de CA e/ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – “Teste SPPJ”).

Para determinar o modelo de negócios, a Financeira avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor Justo por meio do Resultado”.

A Financeira não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial.

II. Mensuração de instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

- **Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas da intermediação financeira”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas da intermediação financeira”, ao longo do prazo do respectivo contrato.
- **Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas da intermediação financeira”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.
- **Ao valor justo no resultado:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado.

III. Valor Justo e Hierarquia do valor justo

Os ativos financeiros correspondentes ao modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, foram classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- **Instrumentos Financeiros – Nível 1:** O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- **Instrumentos Financeiros – Nível 2:** O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para

determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

- **Instrumentos Financeiros – Nível 3:** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

Atualmente, a Financeira opera somente com instrumentos financeiros de Nível 2.

Em 2026 e 2025, a Financeira não possui e não realizou transações com instrumentos financeiros derivativos.

IV. Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Financeira não reclassificou seus instrumentos financeiros nos exercícios apresentados.

V. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Além disso, as operações de crédito se qualificam para baixa quando não há mais expectativa de receber os fluxos de caixa devido a inadimplência. Neste caso, as operações de crédito são baixadas no mês seguinte ao atingimento de 100% de provisão com base nos percentuais definidos no Anexo II da Resolução BCB nº 352/23, com exceção das operações com garantia de veículos e imóveis que são baixadas após 6 meses da operação ser 100% provisionada.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

VI. Métodos de taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação e receitas de origem identificados como elegíveis pela Financeira.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/23, a Financeira optou em utilizar a “metodologia diferenciada proporcional a receita” para operações de crédito e com características de crédito. Na metodologia diferenciada, a Financeira mantém a apropriação dos juros pela taxa de juros nominal e realiza a apropriação no resultado dos custos de transação e receitas de origem proporcionais aos juros apropriados pela taxa nominal.

VII. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A Financeira integra o segmento prudencial S4, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB nº 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os

ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Atualmente a Financeira, possui operações em todas as carteiras (“C1” a “C5”).

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pela Financeira para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- **Ativos financeiros não problemáticos:** refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no anexo II (da resolução).
- **Ativos financeiros problemáticos inadimplidos:** trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal de juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinados no anexo I (da resolução), acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas.
- **Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no artigo 78 (da resolução).

VIII. Ativos com problema de recuperação de crédito

A Financeira considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos:

- Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou
- Constatação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas, que poderá incluir:
 - Medidas Judiciais que impeçam o cumprimento do contrato;
 - Óbitos identificados;
 - Falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial ou atos similares pedidos em relação à contraparte;
 - Reestruturação do contrato ou de qualquer outro contrato da mesma contraparte;

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático.

A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

A Financeira deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como “cura”.

Para fins de critérios de “cura”, a Companhia considera as seguintes premissas:

- Ausência de parcelas vencidas em todos os contratos da contraparte, incluindo encargos;
- Após inexistência de parcelas vencidas, pagamento tempestivo (em dia) de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhoria financeira significativa da contraparte. Após estudos estatísticos sobre a base histórica, a Financeira definiu como 3 meses de pagamento tempestivo.

IX. Classificação das repactuações

A Financeira estabelece critérios objetivos e alinhados às Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023 para a classificação contábil das repactuações de operações de crédito, de forma a assegurar consistência técnica, aderência prudencial e adequada representação da substância econômica das operações.

Renegociação - A repactuação será classificada como renegociação quando a operação apresentar atraso inferior a 90 dias na data da formalização, não estiver classificada como ativo problemático e não envolver concessão significativa ao devedor, sendo esta definida internamente como desconto igual ou inferior a 15% do saldo devedor apurado na data da repactuação, desde que não haja evidência de deterioração relevante da capacidade de pagamento do devedor.

Reestruturação - A repactuação será classificada como reestruturação quando decorrer de dificuldades financeiras do devedor, quando a operação apresentar atraso superior a 90 dias na data da formalização, estiver classificada como ativo problemático ou envolver concessão significativa, definida internamente como desconto superior a 15% do saldo devedor na data da repactuação, devendo refletir aumento do risco de crédito e observar os critérios prudenciais aplicáveis.

f. Ativo permanente

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à sua colocação em condições de uso, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis, deduzidos de eventuais descontos e abatimentos. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada de cada bem.

Os ativos intangíveis, tais como softwares e outros bens incorpóreos, são reconhecidos pelo custo de aquisição quando atendem aos critérios de identificação, controle e expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. No caso de intangíveis gerados internamente, a capitalização é realizada somente a partir do momento em que a entidade demonstra: (i) viabilidade técnica de conclusão, (ii) intenção e capacidade de concluir e utilizar ou vender o ativo, (iii) disponibilidade de recursos adequados, (iv) confiabilidade na mensuração dos custos incorridos e (v) expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis são classificados em:

- Vida útil definida: amortizados pelo método linear, ao longo de sua vida útil estimada.
- Vida útil indefinida: não são amortizados, sendo submetidos anualmente ao teste de recuperabilidade (impairment) ou sempre que houver indícios de perda no valor recuperável.

g. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos imobilizados e os intangíveis com vida útil definida são revisados periodicamente para identificar sinais de perda no valor recuperável. Quando tais indícios são identificados, procede-se ao teste de recuperabilidade (Impairment).

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, bem como os intangíveis ainda não disponíveis para uso, são submetidos ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, independentemente da existência de indícios de perda.

O valor recuperável é definido como o maior entre:

- o valor justo líquido de despesas de venda; e
- o valor em uso, correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados da utilização do ativo ou da unidade geradora de caixa à qual está alocado.

A mensuração do valor em uso é realizada por meio do fluxo de caixa descontado (FCD), que considera projeções financeiras elaboradas pela Administração com base em premissas razoáveis e sustentáveis de desempenho futuro, taxas de crescimento compatíveis com o mercado e uma taxa de desconto que reflita o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Caso o valor contábil exceda o valor recuperável, é reconhecida uma perda por impairment no resultado do exercício.

h. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda - IR	15% + 10%
Contribuição Social - CSLL	17,50%
Programa de Integridade Social - PIS	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins	4,00%

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos sobre diferenças temporárias indedutíveis. A realização desses créditos ocorrerá mediante a reversão das diferenças temporárias e pela geração de lucros tributáveis futuros, observado, no caso de prejuízo fiscal e base negativa, o limite de compensação de 30% do lucro real de cada período-base. Conforme disposto na Lei Complementar nº 224, foi aprovada a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras, passando de 15% para 17,5% a partir de abril de 2026 e para 20% a partir de 2028.

O reconhecimento contábil é efetuado com base em estudos técnicos e análises da Administração, que consideram projeções de lucratividade e expectativas atuais de realização.

i. Provisões, passivos e ativos contingentes

Ativos e passivos contingentes representam potenciais direitos ou obrigações decorrentes de eventos passados, cuja confirmação depende da ocorrência de eventos futuros incertos, alheios ao controle da Companhia. O reconhecimento, mensuração e divulgação seguem os critérios estabelecidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Avaliação da probabilidade de realização – Para fins de reconhecimento e divulgação de contingências, as situações são classificadas de acordo com o grau de probabilidade de ocorrência, conforme critérios estabelecidos no CPC 25:

Provável: quando as evidências disponíveis indicam que é mais provável que a obrigação ou direito se concretize do que não ocorra.

Possível: quando há incertezas relevantes e a probabilidade de ocorrência não pode ser considerada nem provável nem remota.

Remoto: quando as chances de ocorrência são consideradas reduzidas ou improváveis com base nas evidências disponíveis.

Ativos Contingentes – Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização é considerada praticamente certa e o valor pode ser mensurado de forma confiável, situação em que passam a ser registrados como ativo.

Passivos Contingentes – Correspondem a obrigações potenciais cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos classificados como possíveis. Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados em notas explicativas no caso de perda possível.

Provisões (Contingências Prováveis) – As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, cuja liquidação provavelmente exigirá saída de recursos da Companhia e cujo valor possa ser estimado de forma confiável.

Mensuração – A mensuração é realizada com base na melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação, considerando riscos, incertezas e, quando aplicável, o valor presente dos fluxos de caixa futuros. As provisões registradas referem-se, principalmente, a processos cíveis e trabalhistas inerentes ao curso normal dos negócios, avaliados com suporte em pareceres jurídicos e histórico de perdas.

j. Resultados recorrentes e não recorrentes

A Financeira classifica como resultados recorrentes aqueles provenientes das operações relacionadas ao seu objeto social, conforme definido em seu Estatuto Social. Já os resultados considerados não recorrentes são aqueles não vinculados, ou apenas incidentalmente vinculados, às atividades típicas da entidade, bem como aqueles cuja ocorrência não se espera que se repita de forma frequente nos exercícios futuros.

k. Adoção de novas normas

Resolução nº CMN 4.966/21 e nº Resolução BCB 352/23 - A Financeira adotou e entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025, onde foram introduzidas alterações significativas nas normas contábeis aplicáveis a Instrumentos Financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:

- Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Companhia e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ”);
- As receitas e os encargos atreladas diretamente a origemação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas, sendo adota a metodologia diferenciada de que trata a Resolução BCB nº 352/23;
- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
- A adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB nº 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;
- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Companhia não tem mais expectativa de recuperação; e
- Instruções Normativas BCB nº 493 a 543 de 2024: Os eventos dos roteiros contábeis foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas COSIF’s divulgadas por tais instruções.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram ser registrados em contrapartida à conta de sobras acumuladas pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Resolução CMN nº 4.975 de 16/12/2021 – Estabelece critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Após análise, a Administração concluiu que a norma não é aplicável nas operações atuais da empresa, não gerando impactos em suas demonstrações financeiras.

Reforma tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e PLP 108/2024 já aprovado aguardando sanção presidencial, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota

reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentado progressivamente até 12,50% em 2033.

A Financeira aderiu ao Projeto Piloto da Reforma Tributária e vem adequando processos, controles e sistemas para atendimento às novas exigências da CBS, IBS, DeRE e Apuração Assistida, incluindo a captura de documentos fiscais eletrônicos, o mapeamento de operações aos códigos tributários (codTrib) e a adaptação aos novos campos fiscais. Os principais impactos estão relacionados à revisão de sistemas, processos e governança de dados, permanecendo em avaliação em razão da evolução das regulamentações complementares.

4. CAIXA E EQUIVALENTES

Correspondem aos saldos mantidos em caixa e em depósitos bancários à vista.

a. Composição

	<u>06/2026</u>	<u>12/2025</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	10.083	3.791
Fundos de investimento (Nota 5)	<u>101.476</u>	<u>93.120</u>
Total	<u>111.559</u>	<u>96.911</u>

5. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a. Composição do saldo

	<u>06/2026</u>	<u>12/2025</u>
Títulos e Valores Mobiliários		
Fundos de investimentos (a)	101.476	93.120
Total	<u>101.476</u>	<u>93.120</u>

As cotas referem-se a Fundos de Investimentos de Renda Fixa Referenciados DI. As cotas são mensuradas com base em preços observáveis (curva de juros e preços de títulos negociados). As cotas de fundos de investimento estão sendo classificadas na hierarquia de nível 2 de mensuração ao valor justo.

b. Movimentação do saldo

Movimentação do período				
	dez/25	Aplicações / Resgates (líquidos)	Rendimentos	jun/26
Natureza				
Cotas de Fundos de Investimentos	93.120	2.384	5.972	101.476
Total	93.120	2.384	5.972	101.476

Movimentação do período				
	dez/24	Aplicações / Resgates (líquidos)	Rendimentos	jun/25
Natureza				
Cotas de Fundos de Investimentos	45.053	72.207	4.675	121.935
Total	45.053	72.207	4.675	121.935

6. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondem aos saldos de operações de crédito, sendo compostos empréstimos, financiamentos e antecipações de recebíveis, concedidas a pessoas físicas e jurídicas, decorrentes de vendas diretas, por correspondentes bancários e de contratos de parceria para originação de crédito direto ao consumidor.

a. Composição por tipos de operações

	06/2026		12/2025	
	Saldo bruto	Provisão	Saldo líquido	Saldo líquido
Tipo de Operação				
Empréstimos e antecipações	340.358	(95.318)	245.040	271.911
Financiamentos	113.751	(12.791)	100.960	75.054
Outros créditos c/ características de concessão de crédito	48.407	(25.855)	22.552	17.990
	502.516	(133.964)	368.552	364.955
Circulante	448.882	(129.172)	319.710	316.624
Realizável a longo prazo	53.634	(4.792)	48.842	48.331

b. Composição por tipo de cliente

	06/2026		12/2025
	Saldo bruto	Provisão	Saldo líquido
Tipo de cliente			
Pessoa Física	497.021	(132.740)	364.281
Pessoa Jurídica	5.495	(1.224)	4.271
	502.516	(133.964)	368.552
Circulante	448.882	(129.172)	319.710
Realizável a longo prazo	53.634	(4.792)	48.842

c. Composição por vencimento

	Empréstimos e antecipações	Financiamentos	Outros créditos	Total 06/2026	12/2025
Vencidos					
Vencidos até 15 dias	4.002	576	3.029	7.607	6.048
Vencidos após 15 dias	92.686	9.847	44.783	147.316	122.577
A Vencer					
A vencer até 3 meses	89.577	34.396	595	124.568	118.935
A vencer de 3 a 12 meses	116.351	53.040	-	169.391	182.033
A vencer de 1 a 3 anos	34.298	15.856	-	50.154	49.414
A vencer de 3 a 5 anos	3.440	36	-	3.476	3.770
A vencer após 5 anos	4	-	-	4	-
Total da carteira	340.358	113.751	48.407	502.516	482.777
Prov. perdas esperadas assoc. ao risco de cré. C. P.	(91.497)	(11.820)	(25.855)	(129.172)	(112.968)
Prov. perdas esperadas assoc. ao risco de cré. L. P.	(3.821)	(971)	-	(4.792)	(4.854)
Total de provisão	(95.318)	(12.791)	(25.855)	(133.964)	(117.822)
Saldo líquido	245.040	100.960	22.552	368.552	364.955

As operações de crédito por vencimento estão agrupadas por parcela, ou seja, o saldo contábil bruto atual de cada parcela está agrupado na faixa de vencimento correspondente.

d. Composição por nível de risco e faixa de atraso

06/2026							
	C1	C2	C3	C4	C5	Total	% do total
Ativos não problemáticos							
De 0 a 14 dias de atraso	3.043	35.499	4.909	-	233.696	277.147	55,15%
De 15 a 30 dias de atraso	154	4.255	24	-	18.872	23.305	4,64%
De 31 a 60 dias de atraso	26	1.316	12	-	15.515	16.869	3,36%
De 61 a 90 dias de atraso	39	312	6	-	11.627	11.984	2,38%
Ativos problemáticos adimplidos							
De 0 a 14 dias de atraso	211	1.017	47	-	11.096	12.371	2,46%
De 15 a 30 dias de atraso	68	696	-	-	3.001	3.765	0,75%
De 31 a 60 dias de atraso	-	241	1	-	3.942	4.184	0,83%
De 61 a 90 dias de atraso	-	124	2	-	5.097	5.223	1,04%
Ativos problemáticos inadimplidos							
De 91 a 120 dias de atraso	-	364	4	-	14.574	14.942	2,97%
De 121 a 150 dias de atraso	16	670	6	-	14.476	15.168	3,02%
De 151 a 180 dias de atraso	20	567	5	-	12.307	12.899	2,57%
De 181 a 210 dias de atraso	6	634	9	-	11.372	12.021	2,39%
De 211 a 240 dias de atraso	-	259	6	-	10.043	10.308	2,05%
De 241 a 270 dias de atraso	-	187	5	-	9.874	10.066	2,00%
De 271 a 300 dias de atraso	-	142	4	-	9.672	9.818	1,95%
De 301 a 330 dias de atraso	-	318	6	-	8.116	8.440	1,68%
De 331 a 360 dias de atraso	-	354	8	-	8.572	8.934	1,78%
Acima de 361 dias de atraso	130	2.490	45	-	42.407	45.072	8,98%
Total	3.713	49.445	5.099	-	444.259	502.516	100,00%

12/2025							
	C1	C2	C3	C4	C5	Total	%
Ativos não problemáticos							
De 0 a 14 dias de atraso	1.822	32.374	6.034	-	242.328	282.558	58,56%
De 15 a 30 dias de atraso	284	5.054	48	-	17.350	22.736	4,71%
De 31 a 60 dias de atraso	22	1.250	15	-	13.442	14.729	3,05%
De 61 a 90 dias de atraso	-	374	11	-	9.733	10.118	2,10%
Ativos problemáticos adimplidos							
De 0 a 14 dias de atraso	84	612	94	-	11.188	11.978	2,48%
De 15 a 30 dias de atraso	52	321	-	-	2.899	3.272	0,68%
De 31 a 60 dias de atraso	10	148	1	-	4.444	4.603	0,95%
De 61 a 90 dias de atraso	100	114	3	-	4.687	4.904	1,02%

Ativos problemáticos inadimplidos							
De 91 a 120 dias de atraso	57	475	11	-	13.383	13.889	2,88%
De 121 a 150 dias de atraso	-	438	9	-	10.869	11.297	2,34%
De 151 a 180 dias de atraso	-	419	13	-	11.043	11.356	2,35%
De 181 a 210 dias de atraso	-	300	9	-	10.047	10.278	2,13%
De 211 a 240 dias de atraso	-	222	10	-	9.914	10.194	2,11%
De 241 a 270 dias de atraso	-	270	12	-	8.724	9.036	1,87%
De 271 a 300 dias de atraso	-	300	3	-	8.255	8.476	1,76%
De 301 a 330 dias de atraso	-	218	10	-	8.204	8.538	1,77%
De 331 a 360 dias de atraso	-	324	10	-	7.598	7.781	1,61%
Acima de 361 dias de atraso	194	1.604	79	156	34.701	36.734	7,61%
Total	2.625	44.816	6.372	156	428.809	482.477	100%

As operações de crédito estão agrupadas por contrato, ou seja, o valor total do contrato é considerado na faixa da parcela com maior atraso.

e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

06/2026								
Carteira	Situação	A vencer	Vencidos	Total	Perda incorrida	Perda Adicional	Total Provisão	Total Líquido
C1	Ativo não problemático	2.916	346	3.262	-	(51)	(51)	3.211
C1	Ativo problemático adimplido	191	88	279	-	(28)	(28)	251
C1	Ativo problemático inadimplido	-	172	172	(100)	(8)	(108)	64
Total C1		3.107	606	3.713	(100)	(87)	(187)	3.526
C2	Ativo não problemático	33.551	7.830	41.381	-	(778)	(778)	40.603
C2	Ativo problemático adimplido	883	1.194	2.077	-	(694)	(694)	1.383
C2	Ativo problemático inadimplido	-	5.984	5.984	(3.477)	(183)	(3.660)	2.324
Total C2		34.434	15.008	49.442	(3.477)	(1.655)	(5.132)	44.310
C3	Ativo não problemático	4.882	68	4.950	-	(97)	(97)	4.853
C3	Ativo problemático adimplido	47	3	50	-	(25)	(25)	25
C3	Ativo problemático inadimplido	-	98	98	(72)	(4)	(76)	22
Total C3		4.929	169	5.098	(72)	(126)	(198)	4.900
C4	Ativo não problemático	-	-	-	-	-	-	-
C4	Ativo problemático adimplido	-	-	-	-	-	-	-
C4	Ativo problemático inadimplido	-	-	-	-	-	-	-
Total C4		-	-	-	-	-	-	-
C5	Ativo não problemático	222.611	57.101	279.712	-	(12.524)	(12.524)	267.188
C5	Ativo problemático adimplido	9.433	13.704	23.137	-	(12.355)	(12.355)	10.782
C5	Ativo problemático inadimplido	-	141.414	141.414	(98.824)	(4.744)	(103.568)	37.846
Total C5		232.044	212.219	444.263	(98.824)	(29.623)	(128.447)	315.816
Total geral da carteira		274.514	228.002	502.516	(102.473)	(31.491)	(133.964)	368.552

12/2025								
Carteira	Situação	A vencer	Vencidos	Total	Perda incorrida	Perda Adicional	Total Provisão	Total Líquido
C1	Ativo não problemático	1.673	454	2.127	-	(36)	(36)	2.091
C1	Ativo problemático adimplido	53	192	245	-	(24)	(24)	220
C1	Ativo problemático inadimplido	-	251	251	(115)	(10)	(125)	126
Total carteira C1		1.726	897	2.623	(115)	(70)	(185)	2.438
C2	Ativo não problemático	30.788	8.263	39.052	-	(769)	(769)	38.283
C2	Ativo problemático adimplido	564	629	1.194	-	(399)	(399)	795
C2	Ativo problemático inadimplido	-	4.571	4.571	(2.495)	(152)	(2.647)	1.923
Total carteira C2		31.353	13.463	44.816	(2.495)	(1.320)	(3.815)	41.001
C3	Ativo não problemático	6.001	107	6.108	-	(122)	(122)	5.986
C3	Ativo problemático adimplido	94	3	97	-	(47)	(47)	50
C3	Ativo problemático inadimplido	-	167	167	(120)	(6)	(126)	41
Total carteira C3		6.095	277	6.372	(120)	(175)	(295)	6.077
C4	Ativo não problemático	-	-	-	-	-	-	-
C4	Ativo problemático adimplido	-	-	-	-	-	-	-
C4	Ativo problemático inadimplido	-	156	156	(138)	(7)	(145)	11
Total carteira C4		-	156	156	(138)	(7)	(145)	11
C5	Ativo não problemático	233.082	49.771	282.853	-	(11.527)	(11.527)	271.326
C5	Ativo problemático adimplido	9.589	13.629	23.218	-	(12.398)	(12.398)	10.820
C5	Ativo problemático inadimplido	-	122.738	122.738	(85.328)	(4.128)	(89.456)	33.282
Total carteira C5		242.671	186.138	428.809	(85.328)	(28.053)	(113.381)	315.428
Total geral da carteira		281.845	200.932	482.777	(88.197)	(29.625)	(117.822)	364.955

As operações de crédito estão agrupadas por contrato, ou seja, se o contrato possui uma parcela em atraso, o valor total do contrato é considerado na coluna “vencidos”.

f. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	1º Sem. 2026	1º Sem. 2025
Saldo inicial	(117.822)	(67.649)
Ajuste de implementação Res. CMN nº 4.966 e Res. BCB nº 352	-	(1.963)
Constituição de provisão líquida de reversões	(55.460)	(30.724)
Créditos baixados para prejuízo	32.480	205
Reversão de provisão de operações de crédito cedidas (Nota 6. J)	6.838	-
Saldo Final	(133.964)	(100.131)

Em 30 de junho de 2026, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 147.048 (R\$ 136.278 em dezembro de 2025). Foram recuperados créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 1.918 no semestre (R\$ 3.692 em 2025).

g. Composição das Renegociações e reestruturações

Em 30 de junho de 2026, a carteira ativa de operações de crédito repactuadas totaliza R\$ 67.111, conforme segregação abaixo:

	06/2026		12/2025	
	Saldo bruto	%	Saldo Bruto	%
Saldo repactuações por tipo				
Renegociações	34.300	51,11%	30.312	56,32%
Reestruturações	32.811	48,89%	23.508	43,68%
Saldo Final	67.111	100%	53.820	100%

h. Renegociação e reestruturações realizadas

Classificação	Repactuações realizadas no 1º sem. 2026						Valor repactuado
	Ativo	Prejuízo	Total	Entrada	Desconto	Concessões	
Renegociação	11.482	-	11.482	(1.012)	(340)	8.026	18.156
Reestruturação	26.905	2.537	29.442	(1.912)	(10.723)	2.728	19.535
Total	38.387	2.537	40.924	(2.924)	(11.063)	10.754	37.691

i. Concentração das operações de crédito

	06/2026	12/2025
Concentração de crédito		
Maior cliente	1.330	1.446
Dez seguintes maiores clientes	4.232	4.095
Cinquenta seguintes maiores clientes	7.320	7.166
Cem seguintes maiores clientes	6.862	6.898
Demais clientes	482.772	463.172
Total	502.516	482.777

j. Cessões de operações de crédito

	1 Sem. 2026			1 Sem. 2025
	Saldo Contábil líquido	Valor da cessão	Resultado	Resultado
Cessões de operações de crédito				
Operações adimplentes	18.776	22.450	3.674	3.552
Operações inadimplentes	(1) 1.309	266	(1.043)	-
Operações baixadas para prejuízo	-	556	556	-
Total	20.085	23.272	3.187	3.552

(1) O saldo contábil líquido de R\$ 1.309 é composto por R\$ 8.147 de saldo contábil bruto e R\$ 6.838 de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

7. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

a. Composição por base de diferimento

	06/2026			12/2025
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Composição por base do diferimento				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10.482	7.580	18.062	18.336
Provisão para passivos contingentes	1.150	805	1.955	1.853
Provisões para bônus e gratificações	1.615	1.131	2.746	2.785
Total	13.247	9.516	22.763	22.974

b. Apuração

	06/2026	12/2025
Composição por base do diferimento		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	41.928	42.974
Provisão para passivos contingentes	4.599	4.276
Provisões para bônus e gratificações	6.462	6.551
Total da base de diferenças temporárias	52.989	53.801
Imposto de renda diferido	13.247	13.450
Contribuição social diferida	9.273	8.070
Contribuição social diferida - aumento de alíquota (a)	243	1.454
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	22.763	22.974

(a) Em decorrência da alteração das alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme previsto na Lei Complementar nº 224, os ativos e passivos fiscais diferidos vinculados a provisões cuja realização esteja prevista a partir 2028 foram mensurados com base nas alíquotas vigentes aplicáveis em cada período de realização (17,5% e 20%, respectivamente).

c. Movimentação

	1º Sem. 2026	1º Sem. 2025
Saldo inicial	22.974	16.632
Ajuste de implementação res. 4.966	-	784
Saldo inicial ajustado	22.974	17.416
Imposto de renda	(124)	(382)
Contribuição social	(87)	(229)
Saldo final crédito tributário diferido final	22.763	16.805
% sobre o patrimônio líquido	46,52%	33,99%

d. Período de realização

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos, conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Períodos	06/2026	12/2025
0 a 12 meses	14.577	13.669
13 a 24 meses	3.609	3.270
25 a 36 meses	2.126	2.410
37 a 48 meses	724	893
49 a 60 meses	724	893
Acima de 60 meses	1.003	1.839
Saldo final de crédito tributário diferido	22.763	22.974

e. Valor presente

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.842 de 30/07/20, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 16% a.a., está representado por R\$ 11.006 referente ao imposto de renda e R\$ 7.774 referente a contribuição social.

8. ATIVOS FISCAIS CORRENTES

	06/2026	12/2025
Composição por base		
Créditos IRCS da Lei do bem (1)	3.442	3.192
Saldo negativo IR/CS a compensar	718	342
Outros tributos	15	11
Total	4.175	3.545
Circulante	2.206	1.699
Realizável a longo prazo	1.969	1.846

- (1) Referem-se a incentivos fiscais oriundos dos dispêndios com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, nos termos da Lei nº 11.196/2005 (“Lei do Bem”), que permitem a dedução adicional na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Em 30 de junho de 2026, os créditos reconhecidos somam R\$ 3.442 mil, sendo R\$ 2.121 mil de IRPJ e R\$ 1.321 mil de CSLL (R\$ 3.192, R\$ 1.995 e R\$ 1.197, respectivamente, em 2025).

9. OUTROS CRÉDITOS

	06/2026	12/2025
Outros créditos		
Devedores diversos – País (1)	5.119	3.138
Despesas antecipadas (2)	874	752
Devedores por depósitos em garantia	450	286
Adiantamentos e antecipações	2.458	144
Total	8.901	4.320
Circulante	8.451	4.034
Realizável a longo prazo	450	286

- (1) correspondem a repasses, comissões e outros valores a receber no curto prazo.
(2) refere-se, principalmente, a seguros, vales alimentação e corretagem sobre captações.

10. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

	06/2026	12/2025
Outros créditos		
Veículos	640	1.243
Imóveis	333	67
Total	973	1.310
Circulante	973	1.310
Realizável a longo prazo	-	-

11. ATIVO PERMANENTE

a. Composição do ativo permanente

	06/2026	12/2025
Imobilizado		
Imobilizado em andamento	106	96
Imobilizado de uso bruto	3.737	3.406
Depreciação acumulada	(2.370)	(2.234)
Total imobilizado líquido	1.473	1.268
Intangível		
Intangível em uso bruto	12.719	12.719
Amortização acumulada	(5.841)	(5.130)
Total intangível líquido	6.878	7.589
Total do ativo permanente	8.351	8.857

b. Movimentação do ativo permanente

	12/2025	Movimentações do período					06/2026
	Saldo líquido	Adições	Baixas aquisição	Baixa depreciação	Transf.	Depreciação	Saldo líquido
Imobilizado em andamento	96	123	-	-	(112)	-	106
Instalações em andamento	96	123	-	-	(112)	-	106
Imobilizado de Uso	1.172	242	(23)	23	112	(159)	1.367
Instalações	327	-	-	-	112	(30)	410
Mobiliário	298	3	-	-	-	(25)	275
Equip. de Processamento de Dados	375	75	(23)	23	-	(71)	379
Veiculo	172	164	-	-	-	(33)	303
Total imobilizado	1.268	364	(23)	23	0	(159)	1.473
Intangível em uso	7.589	2	(2)	2	-	(712)	6.878
Licença Perpetua de Uso Código Fonte	548	-	-	-	-	(90)	458
Licença e Direitos de Uso Software	2	2	(2)	2	-	(2)	2
Aplicativo Banking	6.245	-	-	-	-	(513)	5.732
Desenvolvimento Sistema CRM	726	-	-	-	-	(91)	635
Site Viacerta	68	-	-	-	-	(17)	51
Total intangível	7.589	2	(2)	2	-	(712)	6.878
Total ativo permanente	8.857	366	(25)	25	0	(872)	8.351

	12/2024	Movimentações do período					06/2025
	Saldo líquido	Adições	Baixas aquisição	Baixa depreciação	Transf.	Depreciação	Saldo líquido
Imobilizado em andamento	121	57	-	-	-	-	178
Instalações em andamento	121	57	-	-	-	-	178
Imobilizado de Uso	830	96	(36)	27	-	(150)	767
Instalações	121	-	-	-	-	(46)	75
Mobiliário	241	11	(6)	-	-	(21)	225
Equip. de Processamento de Dados	239	85	(30)	27	-	(55)	266
Veiculo	229	-	-	-	-	(28)	201
Total imobilizado	951	153	(36)	27	-	(150)	945
Intangível em curso	2.623	432	(1.060)	-	(1.763)	-	232
Desenvolvimento Modelo Perda Esperada	174	-	-	-	(174)	-	-
Desenvolvimento Sistema CRM	907	-	-	-	(907)	-	-
Implantação Inteligência Artificial	343	-	-	-	(343)	-	-
Aplicativo Banking	238	232	-	-	(238)	-	232
Desenvolvimento FIDC	860	200	(1.060)	-	-	-	-
Site Viacerta	101	-	-	-	(101)	-	-
Intangível	7.106	7	(4)	4	1.763	(717)	8.159
Licença Perpetua de Uso Código Fonte	713	-	-	-	-	(82)	631
Licença e Direitos de Uso Software	-	7	(4)	4	-	(2)	5
Aplicativo Banking	6.393	-	-	-	238	(474)	6.157
Implantação Inteligência Artificial	-	-	-	-	343	(34)	309
Desenvolvimento Modelo Perda Esperada	-	-	-	-	174	(17)	157
Desenvolvimento Sistema CRM	-	-	-	-	907	(91)	816
Site Viacerta	-	-	-	-	101	(17)	84
Total intangível	9.729	439	(1.064)	4	-	(717)	8.391
Total ativo permanente	10.680	592	(1.100)	31	-	(867)	9.336

O imobilizado e o ativo intangível são revistos anualmente para identificar se há evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor

recuperável é calculado para verificar se há perda, refletindo seus impactos no resultado. Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, não há indicativo de perdas não recuperáveis.

12. DEPÓSITOS A PRAZO

Os depósitos a prazo referem-se a CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e RDBs (Recibos de Depósitos Bancários) e que possuem a seguinte distribuição de vencimento:

Vencimentos	06/2026		
	CDB	RDB	Total
A vencer até 3 meses	667	-	667
A vencer de 3 a 12 meses	51.682	-	51.682
A vencer de 1 a 3 anos	145.402	126	145.528
Total	197.751	126	197.877
Circulante	52.349	-	52.349
Exigível em longo prazo	145.402	126	145.528

Vencimentos	12/2025		
	CDB	RDB	Total
A vencer até 3 meses	9.069	-	9.069
A vencer de 3 a 12 meses	1.763	-	1.763
A vencer de 1 a 3 anos	182.630	-	182.630
A vencer de 3 a 5 anos	-	117	117
Total	193.462	117	193.579
Circulante	10.832	-	10.832
Exigível em longo prazo	182.630	117	182.747

(1) Os CDBs não possuem possibilidade de resgate antecipado e são compostos de R\$ 9.628 pré-fixados com taxa média de 0,97% ao mês (R\$ 9.138 e 0,97% em 2025) e R\$ 188.123 pós-fixado com rentabilidade média de 111% do CDI (R\$ 203.664 e 114% em 2025).

(2) Os RDBs não possuem possibilidade de resgate antecipado e são pós fixados com rentabilidade média de 115% do CDI (115% em 2025).

13. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se as Letras Financeiras e Letras de Câmbio que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

Vencimentos	06/2026		
	(2) Letras financeiras	(1) Letras cambiais	Total
A vencer de 1 a 3 anos	-	68.258	68.258
A vencer de 3 a 5 anos	16.256	155.375	171.631
A vencer em mais de 5 anos	-	-	-
Total	16.256	223.633	239.889
Circulante	-	-	-
Exigível em longo prazo	16.256	223.633	239.889

	12/2025		
	(2) Letras financeiras	(1) Letras cambiais	Total
Vencimentos			
A vencer até 3 meses	-	609	609
A vencer de 3 a 12 meses	-	210	210
A vencer de 1 a 3 anos	-	21.979	21.979
A vencer de 3 a 5 anos	16.351	190.775	207.126
Total	16.351	213.573	229.924
Circulante	-	819	819
Exigível em longo prazo	16.351	212.754	229.105

- (1) Letras financeiras subordinadas, pós-fixadas e sem possibilidade de resgate antecipado, autorizadas a compor patrimônio de referência nível 2, com remuneração média de 130% do CDI (130% em 2025), originadas com partes relacionadas, vide nota 22.
- (2) Letras de câmbio com possibilidade de resgate antecipado e com rentabilidade média de 115% de CDI (115% em 2025).

14. PASSIVOS CONTINGENTES

a. Composição das provisões

A Financeira constitui provisão contábil para os processos judiciais com probabilidade de perda classificada como provável, conforme apresentado abaixo:

	06/2026	12/2025
Composição por natureza		
Processos judiciais cíveis	3.976	3.653
Processos judiciais trabalhistas	623	623
Total	4.599	4.276

b. Movimentação das provisões

	Movimentação do 1º semestre de 2026				
	Saldo inicial	Constituição/ atualização mon.	Reversão	Pagamento	Saldo final
Natureza					
Processos judiciais cíveis	3.653	1.034	(711)	-	3.976
Processos judiciais trabalhistas	623	-	-	-	623
Total	4.276	1.034	(711)	-	4.599

Movimentação do 1º semestre de 2025					
	12/2024	Constituição/ atualização mon.	Reversão	Pagamento	06/2025
Natureza					
Processos judiciais cíveis	574	1.490	(48)	(15)	2.001
Total	574	1.490	(48)	(15)	2.001

O aumento observado na constituição de provisões judiciais no semestre está relacionado, principalmente, a alterações no fluxo processual de determinadas demandas judiciais, que passaram a apresentar maior celeridade em sua tramitação.

Como consequência dessa maior dinâmica processual, houve incremento no número de processos que evoluíram para estágios mais avançados de análise jurídica, nos quais, com base na avaliação de assessores legais internos e externos, determinados riscos passaram a ser classificados como de perda provável, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

c. Cronograma de realização

	06/2026	12/2025
Períodos		
Até 1 ano	203	252
De 1 ano até 2 anos	1.300	554
Mais de 2 anos	3.096	3.470
Total	4.599	4.276

Em 30 de junho de 2026, a Financeira apresenta R\$ 8.857 (R\$ 9.901 em 2025) em processos judiciais com probabilidade de perda classificada como possível, sendo R\$ 5.136 referente a processos cíveis (R\$ 6.285 em 2025) e R\$ 3.721 referente a processos trabalhistas (R\$ 3.616 em 2025).

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras obrigações	06/2026	12/2025
Valores a pagar a sociedades ligadas (1)	2.383	1.819
Credores diversos – País (2)	18.716	17.131
Provisão para pagamentos a efetuar (3)	10.229	10.045
Total	31.328	28.995
Circulante	31.328	28.995
Exigível ao longo prazo	-	-

- (1) Refere-se a despesas de comissões a pagar a Fácil Promotora de Vendas e Serviços S.A. (Nota Explicativa nº 22)
- (2) Referem-se a parcela de seguro proteção financeira, despesas administrativas, comissões diferidas sobre operações realizadas pelas conveniadas, contas a pagar decorrentes de resultados de parceria e operações de crédito realizadas no último dia do exercício pelas novas parcerias.
- (3) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se a salários a pagar, provisão de férias e encargos, gratificação semestral, participação nos resultados e assistência médica.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social da Financeira, subscrito e integralizado, é de R\$ 38.288 e está representado por 100.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de acionistas domiciliados no país.

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

	1º sem. 2026	1º sem. 2025
Reserva Legal		
Resultado do exercício	6.784	15.459
Percentual de constituição da reserva legal sobre o resultado do exercício	5%	5%
Reserva legal constituída sobre resultado do semestre	339	773
Base de cálculo de dividendo obrigatórios	6.445	14.686

c. Dividendos

Conforme o parágrafo quarto, do art. 19, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76.

i. Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios

	1º sem. 2026	1º sem. 2025
Dividendos mínimos obrigatórios		
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (16 b)	6.445	14.686
Percentual de dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios apurados sobre resultado do semestre	1.611	3.672
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos no semestre	-	3.672
Dividendos do período a distribuir	1.611	-

ii. Dividendos distribuídos no período

	1º sem. 2026	1º sem. 2025
Dividendos pagos no semestre		
Dividendos intermediários	-	12.081
Dividendos intercalares	-	4.350
Total dos dividendos distribuídos no período	-	16.431

Os valores apresentados acima foram pagos, conforme deliberações aprovadas em reuniões da diretoria, nos dias 31 de janeiro de 2025 no valor de R\$1.300, 09 de maio de 2025 no valor de R\$ 15.131, 05 de agosto de 2025 no valor de R\$ 1.500 e 15 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 10.500. Considerando as informações descritas, declaramos que os dividendos mínimos obrigatórios, bem como os dividendos adicionais de 2025 e de exercícios anteriores, foram integralmente pagos aos acionistas.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	1º Sem. 2026	1º Sem. 2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.304	25.909
Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos	(668)	(1.283)
Diferenças temporárias de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	48.622	30.724
Diferenças temporárias de provisões passivas	1.759	1.831
(-) Reversão de diferenças temporárias de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(47.482)	(38.417)
(-) Reversão de diferenças temporárias de provisões passivas	(1.338)	(384)
Adições permanentes	3	4.963
Exclusões permanentes	(2.232)	-
Lucro real do período	10.636	24.626
Apuração do imposto de renda corrente		
Base de cálculo do imposto de renda corrente	10.636	24.626
Alíquota de imposto de renda sobre o lucro real do exercício	15%	15%
Imposto de renda corrente	(1.595)	(3.694)
Apuração do adicional imposto de renda corrente		
Base de cálculo do imposto de renda corrente	10.636	24.626
Parcela não sujeita ao adicional de 10%	120	120
Base de cálculo do adicional de imposto de renda corrente	10.516	24.506
Imposto de renda sobre o lucro real do exercício	10%	10%
Adicional de imposto de renda corrente	(1.052)	(2.451)
Total do imposto de renda corrente	(2.647)	(6.144)
Apuração da contribuição social corrente		
Base de cálculo da contribuição social corrente	10.636	24.626
Alíquota de contribuição social sobre o lucro real do exercício	17,5%	15%

Total de contribuição social do período	(1.663)	(3.694)
Total de imposto de renda e contribuição social correntes	4.310	9.838

18. RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	1º Sem. 2026	1º Sem. 2025
Receita intermediação financeira		
Rendas de juros sobre operações de crédito	123.287	125.542
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	5.973	4.674
Rendas de recuperação de créditos baixadas para prejuízo	1.918	3.692
Rendas de cessões de operações de crédito (Nota 6 J)	(2) 3.187	(1) 3.552
Total	134.365	137.460

- (1) No 1º semestre de 2025, foram cedidas operações de crédito que somaram R\$ 17.480 por R\$ 21.035, obtendo a renda total de R\$ 3.552.
- (2) No 1º semestre de 2026, foram cedidas operações de crédito que somaram R\$ 20.085 por R\$ 23.272, obtendo a renda total de R\$ 3.187.

19. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	1º Sem. 2026	1º Sem. 2025
Receita de serviços		
Receita de serviços prioritários (1)	13.130	7.403
Receita com comissões sobre vendas de seguros (2)	3.717	3.479
Outros serviços	720	668
Total	17.567	11.550

- (1) Refere-se às tarifas sobre serviços de confecção de cadastro.
- (2) Receita referente a operações de seguro prestamista de operações de crédito e seguros de vida.

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º Sem. 2026	1º Sem. 2025
Outras despesas administrativas		
Despesas de serviços de terceiros (1)	(22.053)	(36.470)
Despesas com serviços técnicos especializados	(2.781)	(2.072)
Despesas com processamento de dados	(5.016)	(4.657)
Despesas com viagens	(493)	(357)
Despesas com propaganda e publicidade	(548)	(651)
Despesas de comunicações	(132)	(108)
Despesas tarifas bancárias	(235)	(219)
Outras despesas	(2.225)	(2.578)
Total	(33.483)	(47.112)

- (1) Do montante de despesas de serviço de terceiros, R\$ 11.599 (R\$ 20.618 em 2025) referem-se a serviços de representação comercial e cobrança realizadas com partes relacionadas, regidas por contrato entre as partes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 22.

21. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	1º Sem. 2026	1º Sem. 2025
Despesas tributárias		
Programa de integração social (PIS)	(767)	(770)
Contribuição financiamento da seguridade social (COFINS)	(4.717)	(4.739)
Imposto sobre serviços (ISS)	(682)	(669)
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	(15)	(15)
Total	(6.181)	(6.193)

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas, considerando o volume das operações e os prazos de pagamentos, conforme apresentado abaixo :

	06/2026					
	Ativo	Passivo		Resultado		
	Oper. Crédito	Captações	Comissões	Rec.Serv./ Oper. Créd.	Desp. Adm.	Desp. Financ.
Empresas	(1)	(2)	(3)		(4)	
Fácil Promotora de Vendas	864	(505)	(2.383)	158	11.599	(5)
Agropecuaria Sentinela	-	-	-	-	-	(1)
Via Certa Participacoes	-	(1.865)	-	-	-	(102)
Luar Participações e Invest	-	(2.658)	-	-	-	(199)
Hammer Participações	-	(18.042)	-	-	-	(1.340)
Scholze Participações	-	(411)	-	-	-	(40)
Scholze Incorporações	-	(2.587)	-	-	-	(174)
Hammerschmitt & Cia	-	(925)	-	-	-	(65)
AAA Participações e Invest	-	(292)	-	-	-	(7)
Luar Incorporações Imobil.	-	(5.235)	-	-	-	(411)
Asas Comercio de Veículos	-	(1.514)	-	-	-	(86)
C S Z – Admin. de Imóveis	-	(184)	-	-	-	(6)
F.A.Scholze Adm Imoveis	-	(86)	-	-	-	(11)
T.A.S. & Associados	-	(582)	-	-	-	(51)
Tocantins Incorp Emp Imob.	-	-	-	-	-	(8)
Transportes Madrugada	-	(302)	-	-	-	(22)
Via Certa - Empr. Imobil.	-	(578)	-	-	-	(70)
Comercio Atac.Dom Alberto	-	(7)	-	-	-	(1)
F.I.Scholze & I.Scholze	-	(85)	-	-	-	(6)
Pessoas Fisicas Ligados	-	(192.152)	-	-	-	(14.541)
Total	864	(228.010)	(2.383)	158	11.599	(17.146)

12/2025						
Empresas	Ativo	Passivo		Resultado		
	Oper. Crédito	Captações	Comissões	Rec.Serv./ Oper. Créd.	Desp. Adm.	Desp. Financ.
	(1)	(2)	(3)		(4)	
Fácil Promotora de Vendas	1.446	-	(1.819)	325	(44.297)	-
Agropecuaria Sentinela	-	-	-	-	-	(86)
Via Certa Participacoes	-	(1.404)	-	-	-	(197)
Luar Participações e Invest	-	(2.560)	-	-	-	(365)
Hammer Participações	-	(17.171)	-	-	-	(2.932)
Scholze Participações	-	(609)	-	-	-	(116)
Scholze Incorporações	-	(2.373)	-	-	-	(1.310)
Hammerschmitt & Cia	-	(661)	-	-	-	(109)
AAA Participações e Invest	-	(99)	-	-	-	(15)
Luar Incorporações Imobil.	-	(2.942)	-	-	-	(1.062)
Asas Comercio de Veículos	-	(864)	-	-	-	(37)
C S Z – Admin. de Imóveis	-	(25)	-	-	-	(31)
F.A.Scholze Adm Imoveis	-	(320)	-	-	-	(55)
T.A.S. & Associados	-	(789)	-	-	-	(111)
Tocantins Incorp Emp Imob.	-	(527)	-	-	-	(356)
Transportes Madrugada	-	(275)	-	-	-	(40)
Via Certa - Empr. Imobil.	-	(917)	-	-	-	(118)
Comercio Atac.Dom Alberto	-	(6)	-	-	-	(2)
F.I.Scholze & I.Scholze	-	(195)	-	-	-	(61)
Pessoas Fisicas Ligados	-	(186.795)	-	-	-	(21.181)
Total	1.446	(218.532)	(1.819)	325	(44.297)	(28.184)

- (1) Os valores a receber referem-se uma operação de capital de giro para a Fácil Promotora de Vendas e Serviços S.A.
(2) As captações, através de recursos de aceites cambiais, são remuneradas a taxas que variam de 100% a 130% do CDI em 30 de junho de 2026 (100% a 130% em 2025).
(3) Referem-se a comissões a pagar a Fácil Promotora de Vendas e Serviços S.A.
(4) Despesas de serviços de representação comercial, cobrança e correspondente bancário prestados pela Fácil Promotora de Vendas e Serviços S.A.

23. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, os benefícios proporcionados pela Financeira aos seus Administradores, conforme suas responsabilidades, estavam assim compostos:

Outras despesas administrativas	1º Sem. 2026	1º Sem. 2025
Remuneração dos administradores	(1.556)	(1.500)
Encargos sociais s/ remuneração dos administradores	(350)	(338)
Total	(1.906)	(1.838)

O montante apresentado contempla, além da remuneração fixa, a remuneração variável (bônus por performance), apurada com base em metas e indicadores de desempenho definidos pela Administração, cujo reconhecimento ocorreu no exercício. A remuneração variável possui caráter anual e está alinhada aos resultados da Companhia, podendo apresentar variações relevantes entre períodos.

Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Financeira mantém estrutura de gerenciamento de riscos compatível com seu porte, modelo de negócio, natureza e complexidade de suas operações, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores.

A estrutura contempla políticas, procedimentos, limites e indicadores destinados à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos relevantes. O gerenciamento é conduzido pela Área de Gestão de Riscos e Compliance, de forma independente das áreas operacionais, com participação da Diretoria, Comitê de Riscos e demais funções de controle.

A Declaração de Appetite por Riscos (RAS) estabelece os níveis de risco que a Financeira está disposta a assumir para atingir seus objetivos estratégicos, considerando sua capacidade financeira, estrutura de controles, características das operações e eficácia dos mecanismos de mitigação.

Os principais riscos aos quais a Financeira está exposta são os riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional.

a. Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações pela contraparte, da deterioração de sua qualidade creditícia ou dos instrumentos mitigadores, de reestruturações de operações e dos custos de recuperação de créditos.

A Financeira gerencia esse risco mediante políticas e critérios de concessão, acompanhamento da qualidade da carteira, limites de exposição e monitoramento de indicadores de inadimplência, concentração, perdas esperadas e cobertura por provisões.

Considerando as características, composição e histórico de sua carteira de crédito, a Financeira estabelece em sua RAS nível de apetite médio-baixo para esse risco.

Principais indicadores de risco de crédito

	06/2026	12/2025
Indicadores de risco de crédito		
Indicador de perda associadas ao risco de crédito sobre carteira líquida	1,84%	1,56%
Indicador de falha no primeiro pagamento	12,19%	10,49%
Indicador de ativo problemáticos sobre carteira bruta	34,47%	31,62%

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a Financeira não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações, esperadas ou inesperadas, sem comprometer suas operações ou incorrer em perdas relevantes.

O gerenciamento considera os fluxos financeiros previstos, os ativos de alta liquidez, os vencimentos das obrigações, a concentração das fontes de captação e o comportamento histórico dos resgates. Adicionalmente, são realizados projeções e testes de estresse

contemplando cenários adversos, incluindo aumento da inadimplência e dos resgates de aplicações.

A Financeira estabelece baixo apetite ao risco de liquidez e mantém recursos líquidos compatíveis com suas necessidades esperadas e com os cenários de estresse definidos internamente.

Principais indicadores de risco de liquidez

	06/2026	12/2025
Indicadores de risco de liquidez		
Indicador de caixa mínimo	1,81	4,75
Indicador de liquidez de curto prazo	3,03	3,33

Para os indicadores de liquidez, foram estabelecidos níveis mínimos de referência, de acordo com os limites definidos pela Financeira. Os indicadores apresentados demonstram a relação entre a posição de liquidez apurada e o respectivo nível mínimo estabelecido. Dessa forma, resultados iguais ou superiores a 1,00 indicam o atendimento ao limite mínimo de liquidez, enquanto resultados inferiores a 1,00 indicam insuficiência em relação ao nível estabelecido.

Evolução histórica captações com possibilidade de resgate

Como complemento aos indicadores de liquidez, a Administração analisou a evolução histórica das letras de câmbio mantidas pelos sócios, conforme demonstrado no quadro. Observa-se que, apesar da possibilidade de resgate antecipado, os sócios mantiveram seus investimentos ao longo do período, realizando apenas movimentações pontuais, sem histórico de retirada integral ou concentrada dos recursos.

Mês	Saldo inicial	Saldo final	Resgates brutos	Emissões brutas	Variação líquida / saldo inicial
janeiro-25	112.981	111.386	12.274	9.366	(1,40%)
fevereiro-25	111.386	109.868	16.485	13.700	(1,40%)
março-25	109.868	108.997	5.598	3.538	(0,80%)
abril-25	108.997	106.959	6.239	2.891	(1,90%)
maio-25	106.959	113.279	31.630	36.424	5,90%
junho-25	113.279	123.490	15.835	23.366	9,00%
julho-25	123.490	120.626	9.323	4.701	(2,30%)
agosto-25	120.626	126.034	12.850	16.607	4,50%
setembro-25	126.034	120.002	15.523	7.736	(4,80%)
outubro-25	120.002	127.509	12.857	18.502	6,30%
novembro-25	127.509	132.228	4.438	7.589	3,70%
dezembro-25	132.228	171.848	14.550	52.147	30,00%
janeiro-26	171.848	176.199	10.098	12.129	2,50%
fevereiro-26	176.199	169.844	11.306	2.972	(3,60%)
março-26	169.844	173.180	3.844	4.799	2,00%
abril-26	173.180	178.257	3.447	6.348	2,90%
maio-26	178.257	175.742	9.303	4.599	(1,40%)
junho-26	175.742	177.761	4.693	4.463	1,10%

c. Risco de mercado

O risco de mercado corresponde à possibilidade de perdas decorrentes de alterações nos preços e taxas de mercado que afetem os instrumentos financeiros mantidos pela Financeira.

A exposição da instituição está relacionada principalmente às variações das taxas de juros e aos eventuais descasamentos entre ativos e passivos quanto a prazos, taxas e indexadores. O gerenciamento é realizado por meio do acompanhamento dessas exposições, da definição de limites e da realização de análises de sensibilidade e testes de estresse.

A Financeira não possui estratégia de atuação relevante nos mercados de câmbio, commodities ou renda variável. Considerando a natureza de suas operações e os limites estabelecidos, seu apetite ao risco de mercado é classificado como médio-baixo.

Principais indicadores de risco de mercado

	06/2026	12/2025
Indicadores de risco de liquidez		
Indicador do IRRBB sobre patrimônio de referência	9,50%	6,48%
Indicador do IRRBB sobre patrimônio de referência nível 1	11,70%	8,32%

d. Risco operacional

O risco operacional corresponde à possibilidade de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, incluindo riscos legais associados às atividades da Financeira.

A gestão compreende a identificação e avaliação dos riscos dos processos, monitoramento dos controles internos, registro e acompanhamento de eventos de perda e implementação de planos de ação para tratamento das deficiências identificadas. O monitoramento abrange também atividades terceirizadas e serviços prestados por correspondentes.

A Financeira mantém política contínua de aprimoramento de processos, controles, sistemas e capacitação de pessoal e estabelece apetite médio-baixo ao risco operacional.

Principais indicadores de risco operacional

	06/2026	06/2025
Indicadores de risco de operacional		
Perdas operacionais sobre receitas	0,89%	1,75%

25. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A Financeira mantém estrutura de gerenciamento de capital em conformidade com a regulamentação aplicável, com o objetivo de assegurar níveis adequados de capital para suportar suas atividades, exposições a riscos e estratégias de crescimento.

O gerenciamento contempla a projeção das necessidades futuras de capital, identificação de fontes de capital, elaboração e acompanhamento do plano de capital e monitoramento contínuo dos índices de capital regulatório.

A suficiência de capital é avaliada considerando o Patrimônio de Referência (PR), seus respectivos níveis de capital e os requerimentos mínimos regulamentares. A estratégia da Financeira consiste em manter níveis de capital superiores aos limites mínimos exigidos pelos órgãos reguladores.

Para determinação dos requerimentos de capital, a Financeira apura o montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), considerando as exposições aos riscos de crédito, mercado e operacional, calculadas de acordo com as metodologias padronizadas previstas na regulamentação vigente.

a. Resumo do demonstrativo de limites operacionais – DLO

	06/2026	12/2025
Patrimônio de referência		
Patrimônio de referência - PR	51.810	44.373
Patrimônio de referência nível I - PRN1	42.056	34.562
Capital principal - CP	42.056	34.562
Patrimônio de referência nível II - PRN2	9.753	9.811
Ativos ponderados pelo risco - RWA		
RWA para risco crédito por abordagem padronizada - RWAcpad	302.733	299.315
RWA para risco operacional por abordagem padronizada - RWAopad	46.256	32.152
Total dos ativos ponderados por risco	348.989	331.467
Requerimento mínimo de capital		
Capital para cobertura do risco de variação na taxa de juros – IRRBB	4.922	2.874
PR mínimo requerido para o RWA	27.919	26.517
PR mínimo requerido para o RWA e para risco de variação na taxa de juros	32.841	29.391
PRN1 mínimo requerido para o RWA	20.939	19.888
CP mínimo requerido para o RWA	15.705	14.916
CP requerido para manutenção de instr. elegíveis ao capital complementar	17.886	16.988
CP requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao nível II	15.705	14.916
Adicional de capital principal mínimo requerido para o RWA	8.725	8.287
Margem ou insuficiência de capital		
Margem sobre patrimônio de referência requerido	23.891	17.855
Margem sobre patrimônio de referência nível 1 requerido	21.117	14.674
Margem sobre o capital principal requerido	26.352	19.646
Margem sobre o PR considerando IRRBB e adicional de capital	10.244	6.695
Margem sobre capital principal considerando adicional de capital	17.627	11.359
Margem sobre patrimônio de referência nível 1 considerando Adicional de capital	12.392	6.387
Detalhamento do cálculo de Apuração do Limite de Imobilização		
Limite para imobilização (50% da conta 100)	25.905	22.186
Valor da situação para o limite de imobilização (Saldo do ativo permanente)	8.351	8.857
Valor da margem ou insuficiência para o limite de imobilização (M/I)	17.554	13.329

b. Indicadores

	06/2026	12/2025
Índices		
Índice de basileia - IB	14,85%	13,39%
Índice de basileia amplo - IBA	13,44%	12,52%
Índice de Nível I - IN1	12,05%	10,43%
Índice de capital principal - ICP	12,05%	10,43%
Margem em pontos percentuais		
Índice de basileia - IB	4,35	2.89
Índice de basileia amplo - IBA	2,94	2.02
Índice de Nível I - IN1	3,55	1,93
Índice de capital principal - ICP	5,05	3.43

Mário Garcia de Vasconcelos Júnior
Presidente

Fábio Von Groll
Diretor-administrativo-financeiro

Adelar José Diel
Contador CRC/RS 062617